



Trabalho infantil volta a ser um problema com a pressão da crise sobre as famílias

Samuel Silva

Duas décadas de intervenção de sucesso nesta área reduziram riscos para as crianças, mas especialistas alertam para falta de uma política nacional sobre o tema

● O contexto de crise económica pode levar a que o trabalho infantil ganhe novamente força em Portugal nos próximos anos. O país assinala hoje duas décadas desde a publicação da primeira legislação sobre esta matéria e os resultados são muito positivos. No entanto, a ausência de uma política nacional de combate à entrada precoce no mercado de trabalho e a conjuntura estão a criar novos riscos, alertam especialistas.

As dificuldades financeiras das famílias podem levar a que estas voltem a recorrer à mão-de-obra dos filhos como fonte de receitas para o orçamento doméstico. Esta é uma realidade a que já começa a assistir-se, especialmente em áreas onde o trabalho infantil foi um problema durante anos, como na área do Vale do Ave. O alerta é feito pelo presidente da Confederação Nacional de Acção Sobre Trabalho Infantil (CNASTI), José Manuel Silva. "Há situações em que há pais a exigir aos miúdos que participem no rendimento familiar e não querem saber de onde ele vem. Isso é dramático", ilustra.

Longe vão os tempos das fábricas de vão de escada ou nas garagens das casas de zonas rurais dos concelhos do Vale do Ave e o país fez, nos últimos 20 anos, um caminho de sucesso no combate ao trabalho infantil. Mas as dificuldades crescentes podem pôr isso em causa, concorda o professor do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (UM), Manuel Sarmento, que tem dedicado a sua carreira ao estudo deste fenómeno.

Faltam políticas

"A situação de crise económica arrasta muitas vezes sectores da população para a economia paralela, as quais podem envolver crianças", alerta. Apesar de não haver diagnósticos recentes em Portugal, os últimos estudos feitos a nível internacional apontam nesse sentido. "Tem sido notório um retrocesso nas condições de vida das crianças e jovens mesmo em países centrais em termos económicos como os EUA", explica Sarmento.

O problema pode ainda ser agudizado pela ausência de políticas públicas de combate ao trabalho infantil, diz o especialista. "A sociedade portuguesa está a virar as costas ao debate sobre as condições de vida das crianças", alerta. Portugal criou



A primeira e única lei sobre trabalho infantil foi criada há 20 anos

Espectáculos sem controlo

"Falta vontade política" para lei ser levada a sério

Os sectores dos espectáculos, moda e publicidade são aqueles em que a legislação sobre o trabalho de menores é mais vezes desrespeitada, denuncia a CNASTI. A confederação diz que a lei não é cumprida e que a aceitação social desta forma de trabalho infantil torna mais difíceis as acções de prevenção e controlo.

Apesar de as alterações legais mais recentes terem alterado o quadro em que era aceite o trabalho de menores na área dos espectáculos, as crianças e jovens continuam a participar deles com a mesma facilidade.

"De facto, há uma lei, mas que não se cumpre", afirma o presidente da CNASTI, José Manuel Silva.

O quadro legal existente "não tem condições para ser aplicado" no sector dos espectáculos, diz

o mesmo responsável, para quem faltam instrumentos de prevenção e controlo que tornem eficaz o combate ao trabalho infantil ilegal na televisão, espectáculos ou no sector da publicidade. Além disso, José Manuel Silva entende que "falta vontade política" para que a lei seja levada a sério.

O trabalho infantil nestes sectores é mais facilmente tolerado pela sociedade civil, o que dificulta o trabalho das instituições de controlo e prevenção. Além disso, o responsável da confederação nacional acusa o Estado de "omissão". "Em Julho, fizemos uma exposição à tutela, denunciando o que está a acontecer no sector dos espectáculos e pedindo medidas. Ainda estamos à espera de uma resposta", lamenta José Manuel Silva.

em 1999 o Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PPEETI), que foi extinto há pouco mais de dois anos. Essas funções continuaram a ser assumidas posteriormente pelo Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), mas também esta iniciativa está neste momento em fase de extinção.

Competências divididas

As competências dos dois programas são agora divididas pela Autoridade Para as Condições de Trabalho (ACT), em matéria de fiscalização, e pela Segurança Social, no que toca à prevenção. "É uma entidade demasiado abrangente, que não tem uma capacidade de trabalho específico, e isso é prejudicial porque deixa de haver uma capacidade orgânica de trabalho", avalia José Manuel Silva.

Hoje, cumprem-se 20 anos desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 396/91. A lei foi a primeira publicada no país para regulamentar o acesso dos menores ao mercado de trabalho, numa altura em que a Europa olhava para Portugal como um caso preocupante de trabalho infantil.

A legislação então aprovada fixava em 15 anos a idade mínima de admissão ao trabalho, passando depois para os 16 anos, tendo em conta o aumento da escolaridade mínima obrigatória para nove anos.

Desde então, o país teve um "progresso absolutamente notável", afirma Manuel Sarmento. As primeiras estimativas, feitas nos finais da década de 1980, apontavam para a existência de cerca de 200 mil crianças em situação de trabalho infantil em Portugal. O primeiro estudo feito sobre o tema é publicado em 1998 e detecta 43.077 menores com actividade económica, a esmagadora maioria deles (34.064) dentro da economia familiar e de forma não remunerada.

O estudo foi repetido três anos depois, apontando para um ligeiro aumento do número de menores com actividade económica (46.717). Os investigadores apontavam, no entanto, melhorias ao longo desse período, desde logo "a significativa diminuição do número de menores a trabalhar por conta de outrem, a diminuição do número de horas de trabalho diário e o aumento da frequência escolar por parte das crianças trabalhadoras".

Desde então, não voltou a ser feito um diagnóstico tão completo, mas os últimos dados apontam para o facto de o trabalho infantil ser uma realidade residual. Há cinco anos, a ACT detectou 13 menores a trabalhar de forma ilícita. Os casos denunciados pela CNASTI têm também sofrido um decréscimo significativo, entre dois e três anuais, ainda que, nos últimos anos, nenhum deles tenha sido confirmado pela autoridade.